

Gênero: uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos

Gender: a word for deconstructing meaning and constructing political uses

Losandro Antonio Tedeschi¹

tedeschi@unijui.tche.br

Resumo. Este artigo visa discutir como a palavra *gênero* vem sendo utilizada com o propósito de desfazer ou desconstruir a ligação entre as mulheres e a natureza e, assim, viabilizar, simbolicamente, a equidade entre mulheres e homens na história. Gênero também é um conceito de grande utilidade para delimitar objetos de pesquisa e analisar as mais diversas situações sociais, ou seja, além de ser uma ferramenta desconstrutiva, gênero é um conceito acionado para distinguir e descrever categorias sociais – uso empírico – e para explicar as relações que se estabelecem – uso analítico. O uso empírico ou analítico do termo *gênero* é politizante, uma ferramenta desconstrutiva, um instrumento para produzir efeitos na sociedade. O potencial questionador do conceito gênero tornou-se politicamente forte somente depois de passar a designar a construção social e histórica da feminilidade e da masculinidade. A palavra é forte porque, como muitas outras, tem serventias na vida cotidiana devido ao fato de, ao ser significativa, tornar-se um verdadeiro objeto que produz efeitos. As questões abordadas nesse artigo são: até que ponto nós pesquisadores, organizações não-governamentais, universidade, educadores gostamos desse jeito “martelo” do gênero de destruir algumas certezas? Sabemos lidar com isso? Como podemos entender e aplicar melhor esse conceito em nossas práticas?

Palavras-chave: gênero, desconstrução, feminino, história, política.

Abstract. This article aims to discuss how *gender* has been used with the purpose of undoing or deconstructing the connection between women and nature and thus to make equality between women and men in history symbolically possible. Gender is also a useful concept to delimit research objects and to analyze the most diverse social situations. In other words, besides being a deconstruction tool, gender is a concept that can be used to distinguish and describe social categories – empirical use – and to explain the relations that are established – analytical use. The empirical or analytical use of the term gender is politicizing, it is a deconstruction tool, an instrument to produce effect in society. The challenging potential of the concept of gender only became politically strong after starting to name the social and historical construction of femininity and masculinity. The word is strong because, as many others, it is useful in daily life due to the fact that, being significant, it becomes an object that produces effects. The questions discussed in this article are: to what extent do we, researchers, non-governmental organizations, universities, educators,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História – UNISINOS; professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo-RS, e membro da Rede de Educação Popular entre Mulheres na América Latina – REPEM.

like the way of destroying certainties that is implied in the concept of gender? Do we know how to deal with this? How can we better understand and apply this concept in our practice?

Key words: gender, deconstruction, feminine, history, politics.

Estudar as diferenças e a diversidade dos papéis femininos no mundo das representações na história é uma tarefa fundamental quando se pretende a reconstrução da sociabilidade no nível do cotidiano. O pressuposto de partida é que a função *papel social* não nasce casualmente, porém resulta de inúmeros fatores da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, o termo “gênero” aparece como contrapartida cultural do sexo biológico a partir da segunda metade da década de 1970 e deixa profundas marcas na análise dos estudos das relações entre homem e mulher na sociedade. Aprendemos, com as ciências humanas, a desconfiar que nada é tão natural quanto se pensa. Especialmente, quando o assunto é as diferenças entre mulheres e homens. A crítica fundamental que marca os estudos sobre mulheres – e se manifesta nos estudos de gênero – é aquela que denuncia a naturalização das diferenças entre os sexos, mostrando como a cultura se apropria dessas diferenças para justificar as desigualdades de gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em diferentes situações e culturas. Toda uma tradição de estudos tratou de mostrar como os significados que damos às diferenças entre homens e mulheres variam no tempo e no espaço e dependem não da natureza, mas da organização social e da cultura.

Haraway (1993, p. 13) nota que, ao deixar intocada essa dicotomia, a matriz sexo/gênero contribui para “estruturar o mundo como um objeto de conhecimento em termos de apropriação, pela cultura, dos recursos da natureza”. O lugar subordinado da natureza, bem como suas apropriações legítimas, se reafirmam e os corpos passam a ser, perigosamente, naturalizados, do mesmo modo que o feminino era naturalizado nos espaços de significação do mundo social. Desse modo, corpo e sexualidade aparecem como objetos fixos, sem história, sem movimento, sem pluralidade, o que obscurece a importância das diferenças sexuais, como também, e principalmente, para Haraway, das diferenças étnicas e raciais entre as mulheres e os homens.

Outro problema se refere à despolítica dos movimentos sociais e feministas, que acompanhou a disseminação do conceito “gênero” nos últimos anos. Em 1994, pesquisadoras (veja Costa, 2000) observaram que a palavra “gênero” se propagou muito rapidamente, substituindo a palavra “mulher”, que havia adquirido significados políti-

cos muito fortes e claros nas décadas de 1970 e 80. Imediatamente, segundo as pesquisadoras, a categoria “gênero” passou a figurar em todas as instâncias do movimento, substituindo, pura e simplesmente, a palavra “mulher”. A pauta de negociações dos sindicatos, as demandas dos movimentos populares passaram a incorporar as reivindicações de gênero, e até mesmo o movimento feminista seguiu essa prática, tornando, mais uma vez, segundo as pesquisadoras, as mulheres invisíveis.

Nessa constatação, não foram as mulheres apenas que o conceito gênero invisibilizou, mas, mais especificamente, os direitos diferenciados que elas demandaram ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando diversos setores se articulavam para dar um fim ao regime militar. Nesse contexto ideológico e político, as demandas por direitos específicos dos diferentes movimentos sociais fortaleciam a crítica ao autoritarismo e criavam o acervo de princípios que serviam de base para traçar os caminhos da democracia. Porém, na segunda metade da década de 1980, quando o regime militar entrou em colapso, as demandas específicas das mulheres começaram a diferenciar-se das demandas democráticas gerais e passaram a enfrentar uma espécie de “quebra de lealdade” às demandas mais gerais. Nesse novo cenário ideológico e político, os discursos, estudos, projetos sobre a mulher perdiam respeitabilidade, ao mesmo tempo em que a matriz sexo/gênero abria a possibilidade aos movimentos sociais de mulheres de negociar a legitimidade ameaçada.

A matriz sexo/gênero veio ao encontro do projeto de muitos governos e organizações internacionais, pois traduzia a ideologia feminista em uma linguagem técnica e administrativa e, assim, permitia institucionalizar algumas demandas do movimento social. A separação entre sexo e gênero colocou homens e mulheres no mesmo plano de humanidade e, desse modo, prometeu a instauração virtual de uma condição humana ou, dito de outro modo, do almejado sujeito do direito universal.

Entretanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, com demasiada frequência, a palavra “gênero”, na academia, vem sendo usada como sinônimo da palavra “mulher”. O uso desses termos como equivalentes reflete falhas por parte das ciências sociais. Porém, não se deve desconsiderar a possibi-

lidade de que outorgar o mesmo significado a essas duas palavras seja uma expressão de resistência popular ao afastamento do corpo feminino para um segundo plano, que tanto Haraway censura. Dito de outro modo, pode ser uma maneira de contaminar o conceito “gênero” com os significados que o corpo, por si só, imprime na identidade feminina. O verdadeiro teste do conceito não é técnico, e sim político, no sentido de sua eficácia para alimentar o diálogo entre os sujeitos políticos. A eficácia do conceito também vem sendo testada no campo da pesquisa, em que tem demonstrado grande utilidade, tanto empírica como analítica.

No campo da pesquisa, gênero é um conceito que pode ser usado empiricamente para diferenciar e caracterizar categorias sociais e, analiticamente, para explicar as relações que se estabelecem entre elas. Visto dessa perspectiva, devemos admitir que gênero é um conceito firmado em alguns setores da sociedade e desconhecido por muitos outros.

Gênero seria, segundo Suaréz (1997), “uma categoria empírica que se refere às classificações (pessoas, artefatos, eventos etc..) baseadas em metáforas sexuais”. Note que, conforme essa definição, a palavra não se refere às pessoas, aos artefatos ou aos eventos, mas à própria classificação que ordena essas coisas com base nas categorias primordiais masculino/feminino. Como a classificação não opera como base na diferença entre homens e mulheres, e sim nas categorias masculino/feminino, essa refere-se não apenas a pessoas (homem e mulher), mas também a objetos (por exemplo, toalha de banho e pano de cozinha).

Todo tipo de classificação baseado nas diferenças sexuais – ou em quaisquer outras – contém princípios de relacionamento entre os elementos classificados. Esses princípios têm valor analítico porque explicam a conduta social. Nos exemplos usados, eles explicam o relacionamento matrimonial entre mulher e homem, o relacionamento segregante entre a toalha de banho e o pano de cozinha. O conceito “gênero”, que em princípio é empírico, pode ser usado como categoria analítica sempre que o pesquisador tentar descobrir a gênese que orienta a conduta. Seguindo os exemplos citados: por que o matrimônio ocorre entre mulheres e homens, e por que misturar toalha de banho e o pano de cozinha é inconveniente?

Para Haraway (1995, p. 5), por exemplo, na medida em que não se questiona essa dicotomia, não se percebe uma das bases de relações de poder e dominação na nossa sociedade. Ela se refere especificamente à forma como a ciência foi construída na sociedade ocidental moderna. A dicotomia natureza/cultura

é básica para a construção do pensamento científico, em que uma razão superior e alheia à natureza é capaz de perceber e decodificar as leis de um mundo natural preexistente e enunciar-las sob a forma de verdade. De algum modo essa crença na exterioridade da razão (e imutabilidade da natureza) encerra relações de dominação no sentido de que parte do pressuposto de que existe uma verdade (dada pela razão) que é mais legítima do que qualquer outra enunciação sobre a realidade. Assim, um olhar branco, masculino e eurocêntrico é capaz de se sobrepor a todos os outros com a chancela da razão.

No entanto, esse é apenas um lado da questão. Joan Scott (1990) constrói suas teorias em oposição justamente a essa idéia de razão que nasce com o iluminismo e pressupõe poder-mos apreender (construir uma verdade sobre) o mundo (a natureza preexistente) à nossa volta a partir de uma perspectiva. Mas, além da crença nessa perspectiva única e privilegiada, que vê as coisas do alto e constrói verdadeiros “conceitos”, a razão iluminista consolida essa idéia de “natureza preexistente”.

Desta forma, aquilo que não está no campo da cultura está, então, condenado a ser imutável, permanente e eterno – preexiste à cultura e independe dela. E, se não repensarmos nosso conceito corriqueiro de gênero, “sexo”, “corpo” e sexualidade caem no campo dessa natureza. Corremos o risco de não perceber o quanto esses conceitos também são construídos e o quanto não são naturais nem neutros. Corremos o risco de vê-los apenas a partir da perspectiva de um sujeito universal nascido com o iluminismo europeu e que tem grandes dificuldades de reconhecer os diferentes.

Essa crítica é forte e nos atinge diretamente, porque usamos muito frequentemente esse conceito de gênero que não se pergunta pelas implicações da não distinção entre os termos da dicotomia natureza e cultura. Questionar essa dicotomia nos põe um desafio. Será que estamos prontos para jogá-la fora? Será que isso é possível, ou desejável, no nosso campo de ação política e na forma como construímos nosso discurso dentro dele? Será que devemos levar o uso “desconstrutivo” do gênero até os limites de desconstruir essa dicotomia?

A questão maior em nosso debate parece ser, portanto, a da desconstrução² (ou potencial desconstrutor) que está por trás do termo “gênero”. Se o gênero desconstrói, como isso nos afeta no campo da ação política? Podemos deixar fora categorias fundadas em uma identidade tida como natural (o corpo)? Aparentemente sim, seria bom acabarmos com tudo o que possa servir de base a algum discurso que dê subsídios para relações de dominação. Mas o

² O conceito de de(s)construção tem suas origens na discussão francesa do final da década de 1960 e começo dos anos 1970, quando se vislumbrava uma crise muito grande na civilização ocidental e se iniciava uma série de reflexões sobre ela, buscando maneiras distintas de ler a realidade, questionando as condições de possibilidade do discurso filosófico, da ilustração e do racionalismo. Inicia-se desde a literatura, a filosofia, a psicologia e a psicanálise e avança para a educação, as ciências sociais etc... Alguns autores consideraram o trabalho realizado por essa corrente de pensamento como uma busca para “entrincheirar” a episteme lógica ocidental, tanto na sua versão ontológica (como essência do ser) quanto logocêntrica (a centralidade do conhecimento). Igualmente, se coloca como um questionamento sobre as instituições, seus papéis, as identidades culturais etc... Nesse sentido, a desconstrução se converteria em uma estratégia que permitiria questionar e transformar ativamente o texto geral da cultura. “Se desmonta una edificación, un artefacto, para hacer que aparezcan sus estructuras, sus nervaduras o su esqueleto, pero también, simultáneamente, la precariedad ruinosa de una estructura formal que no explicaba nada, ya que no era ni un centro, ni un principio, ni una fuerza, ni siquiera la ley de los acontecimientos. La desconstrucción vá más allá de la decisión crítica, de la idea crítica misma. Justamente por eso no es negativa, aunque, a pesar de tantas precauciones, se le haya interpretado así frecuentemente. Para mí, va siempre junto con una exigencia afirmativa, diría incluso que no tiene lugar nunca sin amor...” (Derrida, 1989, p. 28).

corpo, mesmo identitário, fundamenta um discurso de reconhecida eficácia política. Quando falamos sobre “a mulher” (esse ser de par cromossômico XX, corpo capaz de reproduzir), estamos falando de um sujeito político construído e instituído na agenda política mundial devido a muitos anos de luta do movimento feminista. Podemos simplesmente esquecer esse sujeito político identitário, sob o argumento de não dar força a uma visão naturalizadora do corpo? Ou será que a desconstrução levada ao extremo pode nos levar justamente à elaboração de ações políticas ainda mais eficazes, porque menos excludentes³? Nesse sentido, vale a pergunta: gênero de fato torna o sujeito político “mulher” invisível?

Algumas autoras (veja Suárez, 1997), com muita propriedade, nos afirmam que não foram as mulheres que o gênero tornou invisível, mas as reivindicações diferenciadas de uma agenda política. O termo trouxe, sim, mudanças significativas nesse campo, alternando posições de pautas de reivindicação política, essas sim, ganhando ou perdendo visibilidade. Desta forma, se há alguns anos era mais visível uma pauta política baseada no trabalho das especificidades das mulheres como grupo político, talvez haja hoje mais facilidade de se afirmar um ator político com uma pauta de reivindicações baseada na “democratização das relações de gênero”. Suaréz (1997) mostra, com isso, que o conceito de gênero altera disposições no campo político das organizações não-governamentais (ONGs), não tirando necessariamente as mulheres de cena, mas colocando um certo discurso político em perspectiva; tirando as luzes de um tipo de discurso e lançando-as para outro.

Hoje podemos pensar nos usos eficazes do gênero. Isso que dizer: o sentido que pode ter o termo “gênero” empregado em um documento pode ser muito importante para se conseguir efetivar (ou mesmo tornar viável) um determinado objetivo político, mesmo que ele não responda às questões acadêmicas postas pelas reflexões anteriores. Com a utilização do termo “gênero” em determinados contextos, abrem-se portas que, sem ele, não seriam abertas. O termo se torna uma moeda eficaz no mercado simbólico das transações entre agências de cooperação e ONGs e, nesse contexto, seus usos se distanciam das questões acadêmicas. Nesse mercado simbólico, a moeda “gênero” ganha valores diferentes, dependendo do ator que a estiver usando. A utilidade do termo não é a mesma para todas as ONGs. Para algumas (as ONGs feministas, por exemplo), pode ser mais interessante falar em “gênero” no diálogo com as agências de cooperação, mas manter “a mulher” em outros contextos, enquanto que, para as ONGs (mistas), “gênero” pode ser muito útil na costura de alianças com outros atores e mesmo com seu público beneficiário. Não me parece que

seja interessante adotarmos uma única definição do que seja gênero e de seu valor para a atuação das ONGs.

Isso não quer dizer que não haja alguns referenciais importantes que a teoria possa levar para orientar os usos do gênero. Acreditamos que perceber com clareza a diferenciação de gênero como categoria analítica e empírica pode nos ajudar bastante a perceber os alcances que esse conceito pode ter para o trabalho das ONGs e nas análises da academia para a remodelação de seus discursos.

Por um lado, gênero é a forma como se expressa um princípio de relacionamento contido em uma classificação e que explica uma conduta. Dito de outro modo, de lançarmos à realidade um olhar que busca compreendê-la, antes mesmo de julgá-la, veremos que as pessoas executam classificações o tempo todo. Tudo no mundo e nas relações que efetuamos passa por juízos: é bom ou ruim, barato ou caro, bonito ou feio, forte ou fraco e assim por diante. É claro que não ficamos apenas nas dicotomias, mas criamos categorias baseadas nelas, como o clássico exemplo do espectro de cores que define racialmente o brasileiro – nós não temos só negros e brancos, mas “pardos”, “morenos”, “branquelos”, etc. Essa classificação do mundo é posta em ação toda vez que nos relacionamos com alguém. Ao nos dirigirmos a um senhor idoso, usamos um tratamento mais “respeitoso” do que aquele que usamos com o jovem que guarda nosso carro, por exemplo. Isso acontece porque chamamos à tona as classificações culturais que ordenam nossa relação com a sociedade e, nesse momento, expressamos princípios de relacionamento que explicam atitudes, e, em última instância, nossa conduta passa a reproduzir as representações culturais vigentes no imaginário social.

Além das classificações baseadas em faixas etárias, classe social, raça, entre outras, há aquelas baseadas em marcadores de gênero. Nesse sentido, se olharmos para uma situação buscando entender que princípios de relacionamento baseados em gênero explicariam a conduta daquele marido que agrediu a esposa ou do caixa do supermercado que discriminou uma mulher, estamos utilizando a categoria “gênero” de forma analítica como recurso para explicar uma dada realidade. Enquanto categoria de análise da realidade, gênero nos permite compreender situações específicas e pode, assim, ser operada por muitos sujeitos do processo histórico. Em outras palavras, ao analisar a realidade na qual se vai intervir, deve-se estar atento aos princípios de relacionamento sobre os quais devemos trabalhar para mudar atitudes.

Por outro lado, gênero se expressa em categorias de classificação social operadas a partir da diferença sexual. Nesse sentido, é uma categoria empírica de ordenação do mundo à volta dos sujeitos que se relacionam. Gênero apa-

³ Digo menos excludente na medida em que possam ser mais ancoradas em alianças. Uma vez que não falamos mais em nome das “mulheres”, podemos não apenas envolver homens comprometidos com a equidade de gênero, como ampliar o leque de alianças políticas e os espaços para interlocução dos atores na democratização das relações de gênero.

rece, enquanto categoria empírica, na tradução que as pessoas fazem dele através de conceitos como “mulher”, “homem”, “mulher de vida fácil”, “homem trabalhador”, “vagabunda”, “malandro” etc. E é aqui – nesse uso concreto de termos que incorporam aqueles princípios de relacionamento – que, muitas vezes, se confunde gênero com um sinônimo bonito para “a mulher”.

Essa confusão leva a pensar que basta usar a palavra “gênero” para termos incorporado uma “perspectiva de gênero”⁴. Mas isso é só um lado da moeda. A mesma confusão nos faz pensar que somente incorporamos uma perspectiva de gênero quando utilizamos explicitamente o termo “gênero” mesmo na relação com nosso público. Ora, podemos muito bem utilizar gênero como categoria analítica na montagem de um programa ou na elaboração de um projeto, sem ter que, com isso, chamar a dona Maria ou o seu João num canto e explicar-lhes as nuances analíticas do conceito.

Pode ser útil utilizarmos a categoria empírica ao trabalhar com nossos beneficiários, sem ter que abandonar um uso analítico na forma como os programas são elaborados. Ou vice-versa: elaborar um programa com perspectiva de gênero não nos obriga a abandonar o uso da categoria empírica. A questão que fica agora é: como utilizar uma categoria empírica sem deixar de estar atento à dicotomia natureza-cultura? Como falar em “a mulher” sem deixar-se levar pela oposição sexo *versus* gênero e suas ciladas? Esse é para nós um grande desafio.

À guisa de conclusão, lembramos que a desconstrução das desigualdades baseadas nas diferenças sexuais é um projeto que se encontra em andamento, que faz parte de um movimento mais amplo para a consolidação dos direitos humanos e cujas fronteiras vão além das sociedades nacionais. Essas características fazem da desconstrução das desigualdades sexuais um movimento social que, por ser globalizado, não pode atuar por meio do estabelecimento de normas, e sim do diálogo e da persuasão.

Vale lembrar que o uso do conceito de gênero em seus aspectos empírico e analítico não é de forma alguma contraditório. Ao contrário, a análise das relações de gênero e de suas conseqüências para a sociedade como um todo não pode prescindir do conhecimento acerca da inserção social e do comportamento das mulheres e homens como categorias sociais. Entretanto, parece-me claro que apenas o viés empírico é insuficiente, porque encontra seu limite na simples constatação das diferenças e desigualdades. Dito de outro modo, o empirismo descreve o mundo tal como este é e, embora possa politizar seus achados por meio da demonstração das formas como as mulheres são vitimadas socialmente, conta com poucos recursos para apontar mu-

danças e soluções. A abordagem analítica, que, como disse, pressupõe o conhecimento empírico, tem maiores possibilidades de sinalizar o caminho da mudança, pois, por ser comparativa, percebe os homens *vis-à-vis* com as mulheres e, sendo relacional, consegue detectar os princípios legais, tradicionais, ideológicos e as representações que fundamentam as desigualdades de gênero.

Mas, enfim, existem mais desafios a serem vencidos. Nós historiadores devemos, antes de tudo, examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas. É importante reconhecer como as construções de gênero moldam nossa visão de mundo, em termos de consciência e de comportamento.

As respostas a estes desafios estamos buscando junto a espaços preciosos como este aqui, em que a reflexão acadêmica se cruza com os espaços e os dilemas da ação política de uma sociedade civil que precisa estar cada vez mais organizada e atuante para a redução das desigualdades e o estabelecimento da equidade e da pluralidade nas ações humanas.

Referências

- AZEREDO, S. 1994. Teorizando sobre gênero e relações sociais. *Revista Estudos Feministas*, 6(1):203-216.
- BRUSCHINI, C. e ROSEMBERG, F. 1980. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 180 p.
- COSTA, A.A.A. e SARDENBERG, C.M. 2000. Teoria e práxis feminista na academia: os núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades brasileiras. In: *Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*. Brasília, Fundo para a Equidade de Gênero da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), 257 p.
- DERRIDA, J. 1989. Entrevista por Cristian Descamps. *Revista Anthropos*, 93:28.
- HALL, S. 2003. Quem precisa de identidade. In: T.T. SILVA (org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 103-131.
- HARAWAY, D. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos PAGU*, 5:7-41.
- HARAWAY, D. 2000. *Antropologia do cyborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica.
- HOLLANDA, H. (org.). 1993. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 288 p.
- SCOTT, J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2).

⁴ A expressão “perspectiva de gênero” é, no fundo, outra forma de se referir a gênero como categoria analítica: colocamos “óculos” de gênero para olhar a realidade percebendo os princípios de relacionamento que, orientados pelo conceito, explicam atitudes, significados, valores, etc.

SUARÉZ, M. 1997. Género y derecho: la mirada de las ciencias sociales. Comunicação apresentada na Conferencia Pan-Americana. Washington College of Law. Nov. 1997.